

**A QUESTÃO DA PARENTALIDADE: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO - PRÁTICAS PARA O
TRABALHO DO PSICÓLOGO NA TERAPIA DE FAMÍLIAS COM FILHOS PEQUENOS**

**Trabalho apresentado ao Familiare Instituto
Sistêmico para a conclusão do curso de
Especialização em Terapia Relacional Sistêmica.**

Samira Mafioletti Macarini

Orientadora: Prof. Dra. Maria Aparecida Crepaldi

Florianópolis

2011

AGRADECIMENTOS

Ao meu companheiro Tiago por me apoiar, incentivar e comemorar com minhas conquistas durante este percurso de formação como psicóloga.

A minha família nuclear: meus pais, Nelson e Marlene - que são meus maiores exemplos de vida, por sempre me incentivarem a trilhar caminhos desafiadores e me darem todo o apoio necessário para isso – e meus irmãos, Maiara e Renato, parceiros de investimento e cuidado parental.

A toda minha família estendida e amigos, por fazerem parte de minha história e me ajudarem a conhecer as crenças, mitos e legados familiares e culturais.

À equipe do Familiar: professores e colaboradores que ministraram aulas e me supervisionaram contribuindo para minha formação como terapeuta relacional sistêmica. Em especial, Denise, Cida e João David, pelo exemplo e modelo de profissionais.

Aos integrantes da turma 8 e 10 do Familiar, que, através das discussões e trocas em aula, também têm um lugar especial na minha construção como terapeuta de família.

A todas as outras pessoas que, de uma forma ou de outra, também contribuíram para a construção de uma ânsia pelo saber em mim, assim como uma constante busca por auto-aperfeiçoamento. Em especial, ao meu orientador de Mestrado, professor Mauro.

RESUMO

O envolvimento familiar chama a atenção de pesquisadores e psicólogos pelo fato de ser o principal “nicho ecológico” para a criança e em virtude do modo pelo qual exerce influência expressiva no desenvolvimento infantil, sendo um importante mediador entre indivíduo e sociedade. O cuidado e a educação dos filhos destacam-se como importantes desafios de famílias que se encontram em fase de aquisição, sendo esta uma das demandas de trabalho que o psicólogo recebe em seu consultório clínico. O presente trabalho tem como objetivo apresentar modelos teóricos e subsídios práticos disponíveis na literatura científica a respeito do tema da parentalidade, os quais podem auxiliar a prática do terapeuta de famílias com filhos pequenos. Para isso, inicialmente, realizou-se uma breve introdução à terapia familiar, sendo identificada também uma teoria de desenvolvimento humano compatível com tal perspectiva, o Modelo Bioecológico de Desenvolvimento Humano de Bronfenbrenner. Em seguida, foram discutidos os seguintes modelos teóricos a respeito das crenças e práticas parentais: o Nicho de Desenvolvimento de Sara Harkness e Charles Super e o Modelo de Componentes da Parentalidade de Heidi Keller. Por fim, foram identificados materiais práticos que podem ser utilizados na clínica tanto para avaliar a interação pais-filhos, quanto para intervir e orientar as famílias em tratamento. Concluiu-se que, diante das rápidas mudanças do mundo contemporâneo, cada vez mais o psicólogo deve recorrer aos novos achados dos pesquisadores que trabalham com as famílias ao longo das diferentes etapas do ciclo vital. Dessa forma, a prática deve ser sempre re-pensada e re-construída de acordo com as próprias necessidades das famílias que procuram tratamento psicológico. No que tange especificamente ao cuidado e educação dos filhos, nem sempre se constitui uma tarefa fácil para os pais, sendo esta uma possibilidade de atuação do terapeuta familiar no sentido de intervir e orientar as práticas dos pais que procuram ajuda.

Palavras chave: terapia familiar; desenvolvimento infantil; famílias em fase de aquisição; crenças parentais; práticas parentais.

ABSTRACT

Family interaction is a subject of interest for researchers and psychologists because it is the main “ecological niche” for children and because of the way it expresses significant influence on child development, being an important mediator of the self and society. Childrearing and educational practices are important challenges for young children’s parents, and it can be a demand for clinical psychologists that work with families. This paper aims to present theoretical models and practical instruments available in the scientific literature on the subject of parenting, which can be used by therapists on their practice with families with young children. Initially, it was performed a brief introduction on the subject of family therapy. Additionally, it was identified a human development theory compatible with this perspective, the Bioecological Model of Human Development of Brenfenbrenner. Then, it was discussed the following theoretical models about beliefs and parenting practices: the Developmental Niche by Sara Harkness and Charles Super, and the Component Model of Parenting by Heidi Keller. Finally, it was identified practical materials that can be used in clinical context both to evaluate the parent-child interaction and to guide families in treatment. It was concluded that, given fast changes of modern world, even more the psychologist must use new findings from researchers who work with families throughout the different lifecycle stages. Thus, clinical practices must always be transformed in accordance with families needs. Specifically about children care and education, usually they are not an easy task for parents, so it can be a possibility of intervention for family therapist.

Key-words: family therapy; child development; families with young children; parenting beliefs; parenting practices.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. OBJETIVOS	8
2.1 Objetivo Geral	8
2.2 Objetivos Específicos	8
3. MÉTODO	9
4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
4.1 A terapia familiar sistêmica e o desenvolvimento infantil	10
4.2 Mudanças no ciclo de vida familiar: famílias com filhos pequenos	23
4.3 Crenças e práticas parentais	25
4.4 Suportes teórico-práticos da literatura que podem contribuir no trabalho do terapeuta de famílias com filhos pequenos: foco nas relações pais-criança	35
5. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	43
ANEXO 1 – Parecer	47

1. INTRODUÇÃO

A terapia de família pode ser considerada uma prática bastante recente na história da Psicologia, tendo seu marco inicial nos anos 50 em Palo Alto – Califórnia/Estados Unidos, com os estudos sobre esquizofrenia. Seguindo uma tendência de mudança no modelo paradigmático científico da época, pode-se destacar três abordagens teóricas do novo paradigma sistêmico que influenciaram o desenvolvimento da terapia familiar: a Teoria Geral dos Sistema, a Cibernética e a Teoria da Comunicação. Tais teorias trouxeram à clínica conceitos como complexidade, instabilidade, intersubjetividade, homeostase/equilíbrio, causalidade circular, *feedback*, etc. Além disso, acrescentaram a possibilidade de compreensão do sujeito não mais apenas em relação a sua individualidade, mas das relações e grupos que participa, tendo destaque para o grupo familiar como foco de intervenção (Grandesso, 2008; Vasconcellos, 2002).

Além de nova, tal perspectiva permanece em constante construção e pode ser considerada como diversa, em função dos diferentes enfoques utilizados pelos autores que se denominam terapeutas de família. Dentre eles, podem-se citar os modelos estrutural, estratégico, psicanalítico, comunicacional, interacional, experiencial simbólico, modelo de Milão, construtivista (Féres-Carneiro, 1996; Grandesso, 2008).

Ao focar a família como unidade de análise e intervenção, muitos pesquisadores e terapeutas de base sistêmica passaram a se interessar por diferentes aspectos que caracterizam os grupos familiares. Nessa perspectiva, a família pode ser definida como um sistema aberto, em constante transformação, que se adapta a diferentes ciclos evolutivos, auto-regulado por regras e que também está em interação com outros sistemas (Andolfi, 1996). Uma das etapas do ciclo vital que a família percorre é a fase de aquisição (Cervený 2002; Cervený & Berthoud, 1997), a qual abrange a união do casal, a construção da vida a dois e a experiência da parentalidade, sendo esta última o foco do presente trabalho.

Segundo Féres-Carneiro e Magalhães (2011, p. 117), a parentalidade pode ser considerada como “produto do parentesco biológico e do tornar-se pai e mãe”. Após o nascimento do primeiro filho, o casal passa a desempenhar diferentes tarefas no que se refere ao cuidado e educação da criança, as quais, muitas vezes, representam um desafio frente às diferentes

necessidades que os pequenos apresentam na atualidade. Por isso, muitas vezes, esta pode ser a demanda de ajuda que as famílias buscam em um atendimento psicológico.

Ao mesmo tempo, na literatura científica, existem diversos pesquisadores que buscam conceitualizar modelos referentes à questão da parentalidade nos mais diversos grupos culturais, procurando responder questões referentes às práticas de cuidado e educação utilizadas por pais de um determinado grupo cultural, ao que os pais desejam para o desenvolvimento dos filhos nos próximos anos, às necessidades de uma criança em cada etapa do desenvolvimento, ao que os pais levam em conta para decidir qual a prática de cuidado mais adequada, entre outras. Além disso, tais autores trabalham com materiais práticos, como questionários, categorias de observação e entrevistas os quais visam identificar e investigar os mais diversos aspectos da parentalidade.

Tendo-se como pressuposto que tais conhecimentos da literatura científica podem servir como guias no trabalho clínico do terapeuta de famílias com filhos pequenos, lançam-se as seguintes perguntas de pesquisa:

- Quais modelos teóricos a respeito da parentalidade, disponíveis na literatura científica, podem auxiliar no trabalho do terapeuta relacional sistêmico de famílias com crianças pequenas?
- Quais recursos metodológicos baseados nessa literatura científica podem ser utilizados para auxiliar o profissional na compreensão e mediação das relações pais-criança?

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

- Identificar e analisar subsídios teórico-práticos existentes na literatura científica sobre o tema da parentalidade que podem auxiliar no trabalho do psicólogo na terapia de famílias com filhos pequenos.

2.2 Objetivos Específicos

- Identificar os principais conceitos teóricos que embasam a terapia familiar sistêmica, incluindo uma noção de desenvolvimento compatível com tal proposta.

- Caracterizar o momento do ciclo de vida em que se encontram as famílias com filhos pequenos.

- Descrever modelos teóricos de compreensão das crenças e práticas de cuidado parental que podem auxiliar o terapeuta relacional sistêmico que trabalha com famílias de crianças pequenas.

- Identificar recursos práticos baseados na literatura científica dos estudos sobre parentalidade, que podem ser utilizados nos atendimentos do terapeuta relacional sistêmico em famílias com filhos pequenos.

3. MÉTODO

3.1 Caracterização do estudo

O presente trabalho apresenta um delineamento teórico e de caráter exploratório, uma vez que realiza uma revisão teórica ampla sobre o tema da parentalidade, trazendo contribuições para sua investigação dentro de uma perspectiva da Psicologia Relacional Sistêmica. De acordo com Sampieri, Collado e Lucio (1994) os estudos exploratórios possuem como objetivo examinar um tema de investigação pouco estudado ou que não tenha sido abordado antes. Para os autores, o foco desse tipo de pesquisa é aumentar o grau de familiaridade com fenômenos relativamente desconhecidos, obter informações sobre a possibilidade de realizar uma investigação mais completa sobre um contexto específico da vida real, investigar problemas e aspectos do comportamento humano que sejam relevantes para profissionais de uma determinada área, identificar conceitos e variáveis importantes sobre o tema estudado, estabelecer prioridades para investigação futuras, etc. Em conformidade, para Gil (2007), a pesquisa exploratória visa uma aproximação com o tema de investigação, para criar hipóteses e ampliar o conhecimento sobre o mesmo.

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.1 A terapia familiar sistêmica e o desenvolvimento infantil

Para iniciar este trabalho, nesta seção será realizada uma breve introdução à terapia familiar sistêmica, sendo apresentado um pouco da sua epistemologia, história e autores principais que contribuirão para as discussões posteriores a respeito do tema da parentalidade e do trabalho do terapeuta de famílias com filhos pequenos. Além disso, serão apresentados e discutidos aspectos referentes a uma teoria de desenvolvimento humano compatível com tal perspectiva, que é o Modelo Bioecológico de Bronfenbrenner.

4.1.1 A terapia familiar sistêmica

O fortalecimento de práticas e técnicas da terapia familiar, a partir da década de 50, esteve atrelado, desde o princípio, ao desenvolvimento de teorias provenientes de diferentes áreas, seguindo um território interdisciplinar (Grandesso, 2008). Na constituição de uma nova profissão, um grupo de terapeutas permanece utilizando a Psicanálise, predominante na época, alterando algumas técnicas de intervenção para inserir o grupo familiar e modificar a postura profissional. Já outros, rompem e assumem um referencial teórico sistêmico, um paradigma emergente que vem romper com conceitos da ciência tradicional (Grandesso, 2008; Prati, 2009; Vasconcellos, 2002). Dentre as principais abordagens teóricas do paradigma sistêmico que influenciaram o desenvolvimento da terapia familiar, pode-se destacar a tríade: Teoria Geral dos Sistemas (Bertalanffy, 1975), Cibernética (Wiener, 1961) e Teoria da Comunicação Humana (Bateson, 1972; Bateson, Jackson, Haley, & Weakland, 1956).

Grandesso (2008) relata que um primeiro salto qualitativo e paradigmático das primeiras abordagens da terapia familiar influenciadas pelo paradigma sistêmico seria a compreensão da pessoa não mais no campo de sua individualidade, mas das relações e contextos que participa. Assim, deixou-se o âmbito do intrapsíquico para focar no contexto inter-relacional. A partir de diferentes demandas, várias abordagens iniciais se desenvolveram, dentre elas a comunicacional, interacional, estrutural, estratégica, experiencial simbólica, intergeracional, sistêmica de Milão,

etc. Nesse período, citando Packman (1994), Grandesso (2008) caracteriza as abordagens como um “conjunto de práticas não uniformes, em contínua evolução, unidas por noções sistêmico-cibernéticas que se retroalimentam”.

Dentro do paradigma sistêmico, a base conceitual da Terapia Familiar pode ser didaticamente dividida nos seguintes enfoques: 1) Intervenção sistêmica ou cibernética de primeira ordem, a qual se subdivide em dois momentos: 1ª Cibernética e 2ª Cibernética; e 2) Intervenção sistêmica ou cibernética de segunda ordem.

Intervenção sistêmica ou cibernética de primeira ordem

Com as mudanças da transição do paradigma tradicional da ciência – que privilegiava conceitos como simplicidade, estabilidade e objetividade – para o pensamento sistêmico, denominado de novo paradigma da ciência, novos organizadores do discurso e da prática científica entraram em evidência, como a complexidade, instabilidade, intersubjetividade, homeostase/equilíbrio, causalidade circular, *feedback*/retroalimentação, entre outros (Vasconcelos, 2002). Acompanhando as transformações emergentes, os diversos estudiosos da terapia familiar dialogaram com teorias advindas da biologia, da física, da filosofia e da antropologia, permitindo então uma nova possibilidade de atuação para os profissionais preocupados em formas alternativas de promover a saúde dos pacientes.

Como mencionado anteriormente, a **Teoria Geral dos Sistemas** (TGS), desenvolvida na Europa pelo biólogo Ludwig Von Bertalanffy (1901-1972), constitui-se uma das principais influências do pensamento sistêmico no desenvolvimento da terapia familiar. Segundo Vasconcelos (2002), o autor apontou a necessidade e buscou desenvolver novas categorias do pensamento científico, uma vez que verificou que a elaboração das leis da física nem sempre se adequavam às leis biológicas e às leis da sociedade humana. Assim, teve como objetivo construir uma ciência interdisciplinar, a qual tinha como conceito fundamental de investigação o “sistema”.

Uma contribuição importante da TGS que tem implicações na prática dos terapeutas familiares refere-se à compreensão da família como um sistema aberto em transformação, que tende ao equilíbrio, caracterizada por um complexo de elementos em interação. Ainda, segundo Vasconcelos (2002, p. 200), “um sistema é um todo integrado cujas propriedades não podem ser

reduzidas às propriedades das partes”. A partir destas definições, podem-se destacar alguns aspectos dos sistemas familiares: 1) tendência à homeostase, ou seja, as pessoas se movimentam na tentativa de manter a estabilidade no funcionamento do sistema; 2) a interação como pré-requisito para definir um sistema como entidade, diferenciando-o de um aglomerado de partes independentes; 3) totalidade/globalidade/não-somatividade, ou seja, o todo é diferente da soma das partes; e 4) a interdependência entre os elementos do sistema traz a noção de que as influências não são unilaterais, o que é denominado de bidirecionalidade ou causalidade circular/circularidade (Vasconcellos, 2002).

Ao considerar a família como um sistema, o foco passa então para as interações e os contextos em que elas ocorrem. Além disso, predomina a atenção para as conexões e relações, em detrimento das características individuais (Papp, 1992). Tal visão, segundo Grandesso (2008), propiciou uma nova posição epistemológica para trabalhar com a família como uma unidade de tratamento. Nesse enfoque, o sintoma possui uma funcionalidade na organização familiar, não sendo mais visto como restrito ao indivíduo (Papp, 1992). Dessa forma, uma modificação em qualquer área do sistema pode gerar uma nova organização com a conseqüente eliminação do sintoma ou problema (Grandesso, 2008, Prati, 2009).

Sendo compreendida como um sistema, a família pode ainda ser avaliada em relação a suas fronteiras e aos seus subsistemas. O conceito de fronteiras também é discutido na TGS e refere-se ao “local de trocas” entre sistema e ambiente (Vasconcellos, 2002). No contexto da terapia familiar, as fronteiras definem se uma família aproxima-se mais de um sistema aberto ou fechado, podendo ser avaliada em um contínuo como rígida (que não permite transmissão de informações) até emaranhada (que transmite todas as informações). O papel do terapeuta seria tornar as fronteiras nítidas, buscando um padrão médio de transmissão de informações e permitindo tanto a identidade do grupo familiar quanto a abertura a novos estímulos disponíveis no ambiente. Essa nitidez de fronteiras também é esperada entre os subsistemas, ou seja, na relação entre pais e filhos, irmão e entre membros da família extensa (Minuchin, 1982).

Para Prati (2009), uma alteração importante no modelo de atendimento psicológico, proporcionada pela aproximação com a teoria dos sistemas, refere-se à preocupação com o que a família apresenta no atendimento terapêutico, deslocando o foco do passado para o presente. Essa mudança foi possível em função do conceito de equifinalidade, o qual permite compreender que partindo de diferentes condições iniciais e passando por diversos trajetos, os sistemas abertos

tendem a alcançar a mesma meta final (Vasconcellos, 2002). Na prática, o foco na história da família é diminuído e os terapeutas preocupam-se mais com as interações atuais.

Outra contribuição importante para a prática da terapia familiar foi a **Teoria da Comunicação Humana**, desenvolvida a partir dos estudos de Bateson (1972). O autor considerava o contexto e sua significação, distanciando-se do modelo tradicional de ciência e construindo novos campos de investigação. Como etologista e antropólogo, viveu na integração desses campos e preocupou-se com os processos envolvidos na comunicação para a formação do distúrbio mental, abandonando uma explicação causal, linear e histórica para tal fenômeno. Assim, focou-se sempre na interação, na comunicação e na natureza das relações que explicam a patologia (Prati, 2009).

Bateson dirigiu um grupo de pesquisas em Palo Alto nos anos 50, o qual investigava sobre a esquizofrenia. Ao observar a interação entre os familiares do paciente, cunhou o termo “duplo-vínculo”, apresentando uma explicação para a doença através do comportamento comunicacional e alimentando a esperança de uma cura eficaz (Féres-Carneiro & Ponciano, 2005). Nesse enfoque, a doença era vista como relacional, antes de ser individual, tendo como foco para sua compreensão os padrões de comunicação entre os membros da família (Watzlawick, Beavin, & Jackson, 1983). Também nesse grupo de Palo Alto, Watzlawick, Beavin e Jackson (1983) teorizaram a chamada pragmática da comunicação humana. Nesta obra, os autores evidenciam a natureza dos relacionamentos que se estabelecem através dos padrões de comunicação, distinguindo-os entre digital (verbal) e analógico (não-verbal).

Em Palo Alto, o *Mental Research Institute* (MRI), fundado por Jackson, foi o elo entre os estudos teóricos de Bateson e a prática clínica sistêmica familiar. Enquanto Bateson era o líder científico, Don Jackson, Jay Haley e Virgínia Satir, entre outros, tiveram mais influência no desenvolvimento da terapia familiar. Os terapeutas utilizavam princípios da teoria sistêmica para focar na resolução dos problemas através da alteração do comportamento sintomático, tendo como referencial a pragmática da comunicação humana. Este grupo é considerado por muitos autores como o pioneiro na prática de terapia familiar sistêmica (Féres-Carneiro & Ponciano, 2005; Nichols & Schwartz, 1998; Prati, 2009).

A terceira abordagem do paradigma sistêmico que influenciou o desenvolvimento da terapia familiar foi a **Cibernética** de Norbert Wiener (1894-1964). Enquanto a TGS baseou-se nos estudos dos organismos vivos na Biologia, a Cibernética focou-se no entendimento da

máquina e teve como base os estudos da guerra e artilharia antiaérea (Vasconcellos, 2002). O objetivo da Cibernética foi desenvolver linguagem e técnicas que permitissem abordar a questão da comunicação e do controle em geral, sendo a mensagem o elemento central em ambos os fenômenos.

Um dos principais conceitos estudados na Cibernética que tem impacto direto no delineamento da prática dos terapeutas de família é a noção de *feedback*, também chamado de retroalimentação. O mesmo é o que permite o controle da máquina, a partir de seu desempenho efetivo, visando seu desempenho previsto. A partir da retroalimentação é possível corrigir desvios de rota, sendo que a trajetória real oscila em torno da direção prefixada. Ou seja, a medida que o sistema vai funcionando, vai também sendo informado dos resultados ou efeitos produzidos por seu funcionamento. Uma parte do resultado (*output*) é enviada, como informação (*input*), para a entrada do sistema, constituindo o que se chama de alça de retroação (Vasconcellos, 2002).

Dentro da Cibernética de primeira ordem, no primeiro momento, denominado 1ª Cibernética, utilizou-se o conceito de retroalimentação negativa, a qual atua no sentido de diminuir ou reduzir o desvio (Vasconcellos, 2002). Na prática terapêutica, a funcionalidade do sintoma era entendida como uma tentativa de manter a homeostase familiar diante das dificuldades em manejar pressões oriundas de fatores externos ou demandas de mudanças diante de transições do ciclo (Grandesso, 2008). Assim, o papel do terapeuta é o de encontrar meios alternativos de manter tal equilíbrio que não seja através do sintoma apresentado. Pode-se afirmar ainda que na 1ª Cibernética predominam processo morfoestáticos (ou seja, manutenção da forma através da correção de desvios), visando à auto-manutenção e auto-regulação do sistema (Vasconcellos, 2002). Como representantes da 1ª Cibernética, pode-se citar principalmente o grupo de Palo Alto: Watzlawick, Satir, Jackson, Weakland, Fisch e Bodin.

Num segundo momento, resultado principalmente de avanços no campo denominado de 2ª Cibernética, a compreensão do funcionamento familiar, bem como suas possibilidades de intervenção, passou a ser pensado através do conceito de retroalimentação positiva, a qual tem como efeito aumentar a amplitude do desvio (Vasconcellos, 2002). Nesse enfoque, compreende-se que para garantir a sobrevivência da família, é necessário não apenas corrigir desvios que afetem seu funcionamento, mas amplificar seus modos habituais de funcionamento e garantir sua continuidade através de mudanças funcionais, permitindo sua evolução e adaptação às novas

demandas externas ou do ciclo vital (Grandesso, 2008). Na prática, os profissionais promovem a mudança através de investidas da família frente aos desvios, por meio de técnicas geradoras de crise, desequilibradoras do sistema e provocativas. Nesse enfoque, predominam os processos morfogênicos (ou seja, gênese de novas formas), visando à auto-mudança do sistema (Vasconcellos, 2002). Como representantes da 2ª Cibernética, pode-se citar Salvador Minuchin, Carl Withaker e Mauricio Andolfi.

A partir dessa base teórica da terapia familiar, diversos outros conceitos e formas de atuação foram desenvolvidos. Com o avanço da física e da ciência, no entanto, a Cibernética foi revista e também evoluiu. Assim, o principal questionamento que fez também com que a terapia familiar evoluísse, foi o fato de a Cibernética de primeira ordem considerar o sistema como sendo percebido independente do observador. Dessa forma, buscando a neutralidade científica, na prática os terapeutas eram “especialistas” e observadores externos, capazes de interferir na família sem serem influenciados por ela (Grandesso, 2008; Prati, 2009). Mas será que isso era possível?

Intervenção sistêmica ou cibernética de segunda ordem

A neutralidade do cientista e a possibilidade de conhecer o mundo objetivamente - ou seja, sem interferências do observador – foram colocadas em questão a partir de avanços na ciência como: o desenvolvimento da física quântica, da teoria da relatividade de Einstein, da biologia do conhecimento de Maturana e de novas perguntas da filosofia (Grandesso, 2008). No campo da Cibernética, tais mudanças no pensamento científico resultaram no que é denominado de Cibernética de Segunda Ordem ou Cibernética da Cibernética, a qual foi proposta para referir-se ao sistema composto pelo sistema em observação e o sistema que o está observando (Prati, 2009; Vasconcellos, 2002). Dentre os principais conceitos desse enfoque que influenciaram a prática da terapia familiar pode-se destacar a auto-organização, auto-referência, reflexividade e autopoiese dos sistemas vivos (Grandesso, 2008; Vasconcellos, 2002). Assim, concebe-se que os sistemas são capazes de produzir suas próprias mudanças, sendo estas conduzidas e limitadas pela organização sistêmica, não podendo ser operadas por lugares externos ao próprio sistema (Grandesso, 2008).

Acompanhando tais mudanças paradigmáticas nas ciências em geral, desenvolveram-se as abordagens pós-modernas na terapia familiar, organizando os conceitos e práticas em uma nova

direção, inserindo-se no campo da linguagem e seu significado. Dessa forma, o foco não está mais na busca da homeostase, desvios, circuitos cibernéticos, retroalimentação negativa ou positiva; mas nos sistemas lingüísticos, na narrativa, significados, conversação, diálogo, história, co-construção, entre outros (Grandesso, 2008).

Nesse enfoque, a partir da concepção de “sistema observante” proposta pelo físico Von Foerster (Vasconcellos, 2002), o terapeuta se percebe necessariamente incluído na descrição do sistema que observa. Surge daí também o conceito de “ressonância” na terapia familiar, ou seja, a noção de que os sentimentos despertados no terapeuta e nos pacientes podem se constituir em importantes aspectos a serem levados em conta durante o atendimento psicológico. Assim, o terapeuta abandona seu lugar de *expert* e se torna facilitador, não mais decidindo como o sistema familiar deve funcionar, mas participando com os clientes no processo de mudança (Pratti, 2009).

Como se pode verificar, na Cibernética de Segunda Ordem a compreensão da família como um sistema ainda permanece como elemento fundamental, no entanto, o conceito é agora mais complexo, visto como instável, dependente de trocas com o meio para sobrevivência e evolução, incapaz de voltar a um estado anterior ou original. Além disso, a terapia de família agora compreende tanto a história dos pacientes quanto o seu contexto, ambos considerados indispensáveis para a promoção de saúde mental. Outro ponto importante refere-se à compreensão da realidade como “multiversa”, ou seja, cada pessoa entende sua forma de viver e constrói uma forma de acessar a realidade de maneira um pouco diferente do que as outras pessoas do seu sistema. Essa construção baseia-se na hereditariedade, experiências, pressuposições, valores e crenças individuais. Nesse enfoque, o papel do terapeuta é reconhecer e respeitar a forma como cada membro da família descreve o que está acontecendo (Pratti, 2009).

A terapia familiar que seguiu a essa mudança paradigmática conhecida como pós-moderna se organizou em torno de dois referenciais epistemológicos: o construtivismo e o construcionismo social. Ambos têm em comum ideias como a impossibilidade de um lugar privilegiado de acesso a realidade objetiva e a crença na realidade construída a partir do ato de observação que inevitavelmente inclui a pessoa do observador e suas lentes teóricas idiossincráticas. Dentre as principais abordagens, destacam-se as terapias narrativas de Michael White, Sluzki e David Epston; e as terapias colaborativas de Tom Andersen, Kenneth Gergen, Lynn Hoffman, Lois Holzman, Sheila McNamee, Peggy Penn, Jaakko Seikkula, Lois Shawver, Jonh Shotter, Harlene Anderson e Harry Goolishian (Grandesso, 2008).

Diante do exposto, verifica-se que o campo teórico e prático da terapia familiar é bastante diverso e, ao mesmo tempo, continua se desenvolvendo. Além dos principais conceitos da terapia familiar sistêmica, outro conhecimento que deve subsidiar o psicólogo em sua prática clínica refere-se às noções de desenvolvimento humano. Tais aspectos são necessários para que o profissional possa ter uma visão de continuidades e mudanças tanto sobre o grupo familiar que trabalha, quanto sobre cada indivíduo que o compõe.

Na literatura científica, existem diversas possibilidades de compreensão do desenvolvimento, cada qual focalizando diferentes conceitos. Uma perspectiva que pode auxiliar o psicólogo que trabalha a partir de uma perspectiva relacional sistêmica é o Modelo Bioecológico de Bronfenbrenner, uma vez que o autor visa integrar aspectos da pessoa e do ambiente em que a mesma se insere, tendo como foco principal os processos e as interações (Narvaz & Koller, 2004). Assim, tal visão permite que o terapeuta não fique apenas focado no sujeito e nos estágios de desenvolvimento, mas que tenha um olhar global sobre a família, o contexto e as relações que nela ocorrem ao longo do tempo.

4.1.2 O Modelo Bioecológico de Desenvolvimento Humano de Bronfenbrenner

Diversas abordagens científicas atuais têm enfatizado a importância do contexto social na compreensão dos fenômenos (Aspesi, Dessen, & Chagas, 2005). Na Psicologia, o modelo bioecológico de desenvolvimento humano proposto por Bronfenbrenner (1979/1996; Bronfenbrenner & Morris, 2006) apresenta-se como um aporte teórico relevante nesse sentido, já que contribui para um entendimento complexo e dinâmico do desenvolvimento humano.

Inicialmente o autor propôs suas ideias através da *Teoria Ecológica*, a qual tinha como foco principal o(s) contexto(s) em que a pessoa em desenvolvimento está inserida. Nesta concepção, o desenvolvimento é definido por meio da “*pessoa do meio ambiente ecológico, e sua relação com ele, e também como a crescente capacidade da pessoa de descobrir, sustentar ou alterar suas propriedades*” (Bronfenbrenner, 1996, p.10). O autor publicou este trabalho em 1979 no livro *Ecology of Human Development*, tendo sido traduzido para o Brasil em 1996 (Bronfenbrenner, 1979/1996).

Posteriormente, ampliou e tornou mais complexa sua proposição, apresentando o *Modelo Bioecológico de Desenvolvimento Humano*, o qual leva em consideração quatro núcleos dinamicamente inter-relacionados para a compreensão do desenvolvimento humano: o processo, a pessoa, o contexto e o tempo (Bronfenbrenner & Morris, 2006). A partir desta perspectiva o desenvolvimento caracteriza-se por um processo de interação recíproca entre a pessoa e o seu contexto através do tempo. São incluídos os múltiplos contextos em que a pessoa está inserida, bem como a inter-relação entre eles. Assim, o desenvolvimento acontece através de processos de interações recíprocas, progressivamente mais complexas, de um ser humano ativo, biopsicologicamente em evolução com as pessoas, objetos e símbolos existentes em seu ambiente imediato. O desenvolvimento é definido, então, como um fenômeno de continuidades e mudanças nas características biopsicológicas dos seres humano durante o curso de vida e ao longo de gerações, o qual pode ter como foco tanto o indivíduo quanto um determinado grupo (Bronfenbrenner & Morris, 2006).

A seguir são expostos mais detalhadamente cada um dos quatro núcleos propostos neste novo modelo:

Processo

O núcleo processo, em destaque na nova proposta, engloba as interações recíprocas e ativas entre o organismo humano biopsicológico e o ambiente, as quais se tornam progressivamente mais complexas ao longo do tempo, sendo assim responsáveis pelo desenvolvimento. Estas formas de interação são denominadas *processos proximais* e podem envolver pessoas, objetos e símbolos no ambiente imediato. Como exemplos de processos proximais, podem-se citar: alimentar e confortar um bebê, brincadeiras entre crianças ou solitárias, ler um livro, praticar um esporte, resolver um problema, fazer planos, etc. (Bronfenbrenner & Morris, 2006).

Uma proposição destacada por Bronfenbrenner e Morris (2006) é que a forma, força, conteúdo e direção dos processos proximais podem variar em suas consequências sobre o desenvolvimento de acordo com uma função conjunta das características da pessoa em desenvolvimento, do ambiente (imediato e distante) em que ocorrem os processos, da natureza das consequências para o desenvolvimento e das continuidades/mudanças que acontecem ao longo do tempo (durante o ciclo de vida e período histórico em que a pessoa vive).

Os processos proximais podem produzir dois tipos de efeitos: *competência* – aquisição e desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e capacidade para conduzir e direcionar seu próprio comportamento; e *disfunção* – manifestação recorrente de dificuldade em manter o controle e a integração do comportamento (Bronfenbrenner, 1999, citado em Narvaz & Koller, 2004).

Ainda, pode-se afirmar que para que haja eficácia nos processos proximais, é necessário que ocorra: 1) engajamento em uma atividade; 2) base relativamente segura, durante períodos longos de tempo; 3) atividade progressivamente mais complexa; 4) reciprocidade nas relações interpessoais; 5) pessoas, objetos e símbolos que devem ser capazes de estimular a interação da pessoa em desenvolvimento (Bronfenbrenner & Morris, 2006).

As relações pais-filho, foco do presente trabalho, são consideradas importantes configurações de processos proximais. É possível afirmar, a partir do modelo bioecológico, que as consequências dos cuidados parentais no desenvolvimento dos filhos serão influenciadas pelas características biopsicológicas e genéticas da criança (*núcleo pessoa*), do ambiente físico e social em que a família se insere (*núcleo contexto*) e do momento temporal e histórico em que vivem (*núcleo tempo*). Ao mesmo tempo, as formas de cuidado utilizadas pelos pais variarão de acordo com o contexto de crenças e práticas parentais existentes no grupo cultural (como será visto adiante no capítulo 4.3).

Pessoa

A pessoa, segundo componente do modelo bioecológico, é analisada através de suas características determinadas biopsicologicamente e aquelas construídas na sua interação com o ambiente. Existem três grupos de características da pessoa que atuam no desenvolvimento e que influenciam a direção e o poder dos processos proximais durante o curso de vida (Bronfenbrenner & Morris, 2006):

1) *características de força* – podem tanto promover a ocorrência e manutenção dos processos proximais (características generativas), quanto retardar e até mesmo impedi-los (características disruptivas). Como forças generativas, podem-se citar a curiosidade, engajamento, responsividade, autocontrole. Já como forças disruptivas, a impulsividade, distração, explosividade, agressividade, apatia, falta de atenção, irresponsabilidade, insegurança, timidez.

2) *recursos biopsicológicos* – compreendem deficiências e competências biopsicológicas da pessoa para se envolver efetivamente em processos proximais. As primeiras referem-se a condições que limitam ou interrompem a integridade funcional do organismo (defeitos genéticos, baixo peso ao nascer, deficiência física ou mental, doença grave ou crônica), enquanto que as últimas dizem respeito a experiências, habilidades e conhecimentos necessários para o efetivo funcionamento dos processos proximais ao longo dos diferentes estágios de desenvolvimento.

3) *demandas* - atributos pessoais capazes de estimular ou desencorajar as reações do ambiente social, favorecendo ou não a operação dos processos proximais. Alguns exemplos: aparência física atrativa *versus* não atrativa, bebê inquieto *versus* bebê calmo e feliz, hiperatividade *versus* passividade.

Pode-se afirmar ainda, de acordo com Bronfenbrenner e Morris (2006), que as características da pessoa aparecem duas vezes no modelo bioecológico: a primeira como um dos elementos que influenciam a forma, força, conteúdo e direção dos processos proximais; e a segunda como a própria consequência deste desenvolvimento. Assim, tais características podem ser consideradas tanto como produtoras quanto como produtos do desenvolvimento. Como exemplo, pode-se citar os aspectos cognitivo e sócio-emocional, os quais são vistos a partir de algumas perspectivas apenas como resultado do processo de desenvolvimento, enquanto que no modelo bioecológico são compreendidos também como capazes de influenciar e impulsionar a operação de processos proximais.

Contexto

O contexto foi o primeiro e principal elemento na proposição inicial de Bronfenbrenner (1979/1996), uma vez que o autor ressaltava a necessidade de que as pesquisas na área de desenvolvimento fossem realizadas prioritariamente no contexto, já que muitos estudos eram realizados em laboratório sem considerar o ambiente das crianças e suas famílias. A partir dessa demanda, o autor destacou a necessidade de se compreender o desenvolvimento humano a partir da consideração de quatro níveis ambientais: microssistema, mesossistema, exossistema e macrosistema.

Tais níveis são articulados na forma de “*estruturas encaixadas uma dentro da outra, como um conjunto de bonecas russas*”, constituindo o ambiente ecológico (Bronfenbrenner 1979/1996, p. 5). O microssistema refere-se ao contexto no qual as atividades, papéis e relações

interpessoais são experienciados face-a-face, entre a pessoa e o meio imediato, como por exemplo, a creche, a família, os vizinhos e os amigos. O mesossistema consiste no conjunto dos microsistemas e envolve a interconexão entre os ambientes nos quais a pessoa em desenvolvimento participa diretamente, como por exemplo, a relação creche-família e trabalho-casa. O exossistema compreende os ambientes nos quais a pessoa não participa diretamente, mas que influenciam de maneira indireta no seu desenvolvimento, tais como o trabalho dos pais e a comunidade no qual está inserido. Por último, o macrosistema se refere ao modelo institucional de cultura, como a economia, as crenças, os conhecimentos e os costumes que permeiam todos os sistemas anteriores (Bronfenbrenner, 1979/1996).

Pensando nas relações pais-criança, pode-se afirmar que as mesmas caracterizam-se como importantes formas de *processos proximais* (como já apontado anteriormente) e que ocorrem no *microsistema*, mas, ao mesmo tempo, são influenciados pelos demais níveis ambientais. Tais formas de interação, por sua vez, produzirão consequências no desenvolvimento da criança de acordo com a forma, força, conteúdo e direção com que se estabelecem. Um exemplo utilizado por Bronfenbrenner (1979/1996) que pode ilustrar melhor essa afirmação, é que seria mais provável que uma criança desenvolva habilidades de fala em um ambiente que incentive os adultos a conversar com crianças, ler histórias e interagir através da linguagem. Ao mesmo tempo, a efetividade do desempenho dos pais nessa educação dos filhos depende de exigências, estresses e apoios oriundos de outros ambientes; além de fatores externos como horários de trabalho, disponibilidade de creches, apoio de amigos e familiares, qualidade dos serviços de saúde, segurança, etc.

A Figura 1 apresenta um esquema desenvolvido por esta autora e colaboradores para exemplificar as influências do contexto no desenvolvimento infantil de crianças que freqüentam uma creche (Macarini, Martins, & Vieira, 2009).

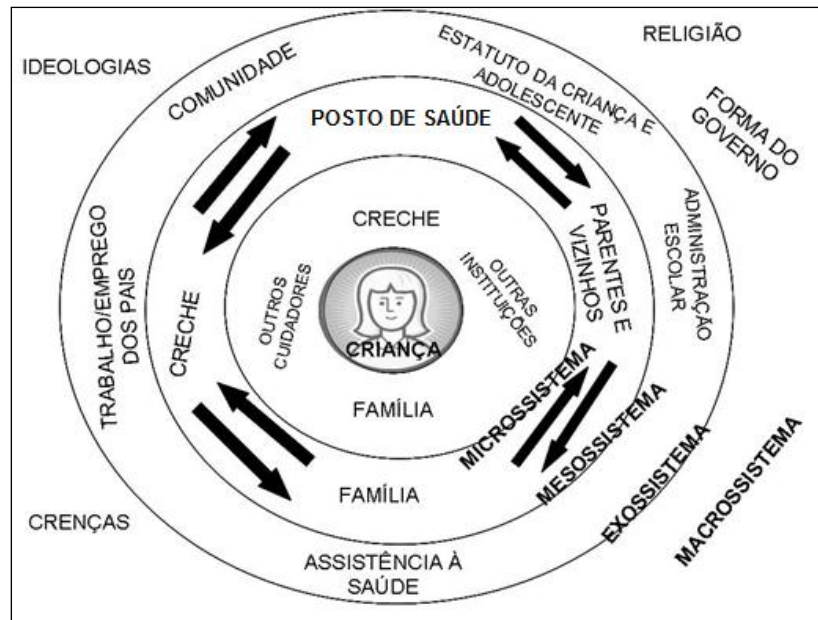


Figura 1: Modelo de sistemas do ambiente ecológico no desenvolvimento humano de crianças que frequentam uma creche.

Autores: Samira Mafioletti Macarini, Gabriela Dal Forno Martins e Mauro Luís Vieira (comunicação pessoal).

Tempo

Por fim, o quarto componente do modelo bioecológico é o *tempo*, o qual permite examinar a influência sobre o desenvolvimento humano de mudanças e continuidades que ocorrem ao longo do ciclo de vida e ao longo de gerações. Nesse enfoque, o autor defende que para garantir a efetividade da interação, ela deve ocorrer em uma base regular, ou seja, por períodos prolongados e frequentes, havendo estabilidade, previsibilidade e consistência (Bronfenbrenner & Morris, 2006).

O tempo é analisado em três níveis: microtempo, mesotempo e macrotempo. O microtempo refere-se às continuidades e às descontinuidades dentro dos episódios dos processos proximais. Para que sejam efetivos, os processos proximais necessitam de certa regularidade, não podendo funcionar em ambientes instáveis e imprevisíveis. O mesotempo trata da periodicidade desses episódios de processo proximal através de intervalos de tempo de dias e semanas, sendo que os efeitos cumulativos destes processos podem produzir resultados significativos no desenvolvimento. Já o macrotempo abrange as expectativas e os eventos em mudança dentro da sociedade ampliada, durante e através das gerações, na medida em que esses eventos afetam e são

afetadas por processos e resultados do desenvolvimento humano ao longo do ciclo de vida (Bronfenbrenner & Morris, 2006).

A análise do tempo deve focalizar a pessoa ou um grupo em relação aos acontecimentos presentes na sua vida pessoal e histórica. A principal influência sobre o curso e os resultados do desenvolvimento humano ocorre nas transições biológicas e sociais relacionadas a aspectos culturalmente definidos, como idade, papéis sociais, oportunidades ao longo da vida (Narvaz & Koller, 2004). Esses acontecimentos são denominados *transições no ciclo de vida*, podendo ser classificadas em dois tipos: as *normativas*, como o início da escolarização, a puberdade, a entrada no mercado de trabalho, o casamento e a aposentadoria; e as *não normativas*, como o falecimento ou adoecimento grave na família, o divórcio, perda ou promoção no emprego, mudança de moradia e até mesmo ser sorteado na loteria.

Uma transição normativa importante no ciclo de vida de uma família é o nascimento e cuidado dos filhos, assunto que será abordado na próxima seção.

4.2 Mudanças no ciclo de vida familiar: famílias com filhos pequenos

O nascimento do primeiro filho marca a mudança do subsistema conjugal para o subsistema parental (Minuchin, 1982), sendo esta transição uma das que provoca transformações mais profundas para a família nuclear e ampliada (Bradt, 1995). O novo estágio do ciclo de vida iniciado pela chegada do bebê é responsável por transformar o casal em pais, modificando radicalmente as relações e rotinas entre os membros do casal e também com a família extensa (Meynckens-Fourez, 2000).

Para situar este estágio em uma compreensão do Ciclo Vital da Família, será utilizada a proposta de Cervený (2002; Cervený & Berthoud, 1997), a qual, baseada em pesquisas no contexto da realidade brasileira, apresenta as seguintes fases: Fase de Aquisição, Fase Adolescente, Fase Madura e Fase Última. Segundo a autora, a primeira delas engloba o nascimento da família e subdivide-se em três fenômenos: união do casal, constituição da vida a dois e vivência da parentalidade, sendo esta última o foco da presente seção.

O termo parentalidade é de origem francesa e foi utilizado pela primeira vez em 1961, por um psiquiatra e psicanalista chamado Paul-Claude Racamier, permanecendo em desuso por cerca

de 20 anos. Em 1985, reapareceu com René Clement, no estudo das psicoses puerperais, um tipo de “patologia da parentalidade”. No Brasil, o uso da palavra ocorre a partir de década de 1980 (Féres-Carneiro & Magalhães, 2011). A parentalidade inicia-se com o desejo e a decisão de ter filhos ou com o surgimento de uma gravidez inesperada, até a constituição de uma relação triádica, ou seja, a transformação do casal em família (Berthoud, 2002). A principal tarefa refere-se à socialização de uma criança, sem perder o apoio mútuo característico do subsistema conjugal. Além disso, deve ser criada uma fronteira que permita o acesso da criança a ambos os pais (Minuchin, 1982).

A forma como a chegada de um filho será vivenciada e está intimamente relacionada ao momento de vida de cada membro do casal (Berthoud, 2002), assim como ao contexto existente na família na ocasião do nascimento (Bradt, 1995). Ou seja, características individuais e relacionais do casal e da família ampliada afetarão a vivência do processo de gravidez, nascimento e até mesmo o desenvolvimento da criança.

Após o nascimento, pode-se considerar que ocorrem transformações individuais no homem e na mulher, bem como a (re) construção e (re) negociação de papéis na relação conjugal e parental. Dentre as principais mudanças individuais e relacionais que ocorrem nesse período, podem-se citar as seguintes: descoberta de novos sentimentos durante a gravidez e após o nascimento, vivência de dificuldades pessoais frente à ambivalência de ter um filho e seguir a vida profissional e pessoal, vivência da maturidade, novos papéis e rotinas diante das necessidades do filho, divisão da atenção entre filho e parceiro, entre outras (Berthoud, 2002).

Como afirma Meynckens-Fourez (2000), a redefinição da relação no âmbito do casal exige a renegociação, às vezes implícita, do espaço vivido por cada um. Os pais devem negociar entre si, mas também com o bebê, com a família extensa e com os amigos. As novas “regras de vida” devem ser elaboradas em função das experiências e hábitos adquiridos na família de origem de cada um dos progenitores.

Vicente (2004) também fala sobre as negociações hierárquicas de poder e competência com os membros da família ampliada, que ocorrem visando a manutenção ou substituição de tradições nos hábitos e costumes educacionais presentes nas gerações anteriores. A autora utiliza uma metáfora, afirmando que “*é a hora de inventar uma nova dança e contradança nas relações do casal* (p. 44)”. Ou seja, a experiência que cada um dos membros do casal teve na sua infância

e no seu meio familiar será levada em conta, porém haverá uma nova combinação que será determinada pela geração atual.

Ainda com relação à família ampliada, pode-se afirmar que diante da chegada de uma criança, ocorre um momento de aproximação, em que parentes e também amigos constituem importantes fontes de apoio para o casal em momentos de calma e perturbação. Alguns movimentos do sistema familiar podem facilitar o processo de transição e diminuir o estresse, como oferecer ajuda e acolhimento ao casal (Berthoud, 2002; Bradt, 1995; Meynckens-Fourez, 2000).

A vivência com filhos pequenos é um outro desafio citado pelos autores anteriormente citados, uma vez que a família precisa se reorganizar a cada nova fase do desenvolvimento dos filhos para atender novas demandas (Berthoud, 2002; Cervený C. , 2002; Minuchin, 1982). No entanto, verifica-se que os autores não especificam quais são essas demandas e não caracterizam a forma como os pais colocam em prática suas diferentes formas de cuidado e educação para com os filhos. Por isso, este será o foco da próxima seção.

4.3 Crenças e práticas parentais¹

Após introduzir relevantes conceitos teóricos utilizados na perspectiva relacional sistêmica, como a visão de desenvolvimento inserido no contexto e a parentalidade como uma importante transição no ciclo de vida da família e do indivíduo, a presente seção objetiva focalizar a questão das crenças e práticas de cuidado parental, trazendo contribuições de modelos teóricos que o terapeuta sistêmico pode utilizar para orientar sua prática clínica. O tema será abordado em duas partes principais, as quais representam os dois modelos que serão apresentados.

Como já abordado, entende-se que as relações pais-criança constituem-se importantes formas de processos proximais que ocorrem dentro do microsistema familiar, as quais se tornam progressivamente mais complexas ao longo do tempo. Concomitantemente, tais formas de

¹ Este capítulo é parte da dissertação de Mestrado da autora, defendida no Programa de Pós-Graduação da UFSC em 2009, a qual teve como título “Autonomia e interdependência: sistema de crenças parentais de mães residentes em pequenas cidades e capitais do Brasil”. O mesmo foi publicado no livro “Família e Parentalidade: olhares da Psicologia e da História”.

interação são influenciadas por características presentes nos demais sistemas ecológicos, como o mesossistema (relações família-creche e família-comunidade, por exemplo), o exossistema (disponibilidade e qualidade dos serviços de saúde e de assistência social, por exemplo) e o macrossistema (construtos culturais mais amplos).

Os dois modelos foram escolhidos justamente pela possibilidade de complementar e, ao mesmo tempo, estar em conformidade com as ideias propostas no Modelo Bioecológico de Bronfenbrenner, tendo a ênfase no contexto como “tela de fundo” para se compreender a contínua interação entre as mudanças que ocorrem no organismo da criança e no seu ambiente imediato. O primeiro modelo exposto será o *Nicho de Desenvolvimento*, de Harkness e Super (1992; 1996; Harkness, Super, Vanna Axia, Palacios & Welles-Nyström, 2001; Super & Harkness, 1986), o qual é proveniente da Psicologia Transcultural². Através do mesmo será possível compreender e detalhar aspectos nos diferentes sistemas ecológicos (micro, meso, exo e macrossistema) que são capazes de influenciar as crenças e práticas de cuidado parental, como o ambiente físico e social, os costumes de cuidado e o sistema de crenças existente no grupo cultural. O segundo, por sua vez, será o *Modelo de Componentes da Parentalidade*, de Heidi Keller (2002; 2007), inserido em uma perspectiva da Psicologia do Desenvolvimento Evolucionista (PDE)³. A partir dele, serão explicitadas diferentes formas de interação mãe-criança na primeira infância, as quais são explicadas através de uma origem biológico-cultural, havendo assim um detalhamento dos processos proximais que ocorrem nesse período.

As compreensões de pais acerca da natureza da criança, características de seu desenvolvimento e significados de seu comportamento, são compartilhadas em maior ou menor extensão pelos membros de um grupo cultural. Ao mesmo tempo, suas crenças e práticas desenvolvem-se em um contexto específico e se relacionam com outras concepções que os cuidadores possuem, como a natureza e significado da parentalidade, família, inserção na sociedade, etc. (Harkness & Super, 1996). Para fins de denominação, serão utilizados os termos “sistema de crenças parentais” ou “etnoteorias parentais” para designar a organização de tais

² A Psicologia Transcultural consiste principalmente em um campo de pesquisas comparativas que tem por objetivo demonstrar a influência de diferentes aspectos culturais no desenvolvimento e comportamento humanos (Segall, Lonner, & Berry, 1998).

³ A PDE tem como objetivo principal compreender o desenvolvimento humano através da relação entre biologia e cultura, considerando a inseparabilidade de diferentes planos de análise: filogenético, ontogenético, histórico-cultural e microgenético. Nessa perspectiva, o desenvolvimento na ontogênese ocorre em um tempo histórico e um contexto, mas, antes disso, é fruto de uma evolução por seleção natural (Seidl de Moura & Ribas, 2009; Vieira & Prado, 2004).

compreensões que os pais possuem, em categorias de crenças mais amplas ou modelos culturais de parentalidade, de acordo com o proposto por Harkness e Super (1996).

4.3.1 Modelo de Harkness e Super: O Nicho de Desenvolvimento

Partindo de estudos sobre cultura e parentalidade provenientes da Antropologia e da Psicologia, Harkness e Super (1992; 1996; Harkness, Super, Vanna Axia, Palacios & Welles-Nyström, 2001; Super & Harkness, 1986) propõem seu modelo atribuindo grande ênfase ao sistema de crenças parentais. Para os autores, as crenças constituem o canal através do qual elementos da cultura mais ampla são filtrados, além de serem consideradas a fonte das práticas parentais e da organização do cotidiano das crianças e das famílias. A partir desta concepção, é introduzido o *Nicho de Desenvolvimento*, um modelo que visa explicitar as interfaces entre a criança e a cultura (Harkness & Super, 1994; Super & Harkness, 1986; 1997).

O Nicho de Desenvolvimento é representado através de um esquema (Figura 2) em que a criança – com suas particularidades, história pessoal, disposições e composição familiar – encontra-se no centro. Ao seu redor, estão os três subsistemas que compõem o *Nicho de Desenvolvimento*: ambiente físico e social, costumes e práticas de cuidado regulados culturalmente e psicologia dos cuidadores (Harkness & Super, 1994; Super & Harkness, 1986; 1997).

O primeiro subsistema é caracterizado pelo *ambiente físico e social* no qual a criança vive. Parte-se do pressuposto de que uma das maneiras pela qual a cultura influencia o desenvolvimento infantil é através da estruturação do ambiente cotidiano da criança pelos adultos, uma vez que através dele se determinam quais oportunidades de interação a criança poderá vivenciar. Como exemplos, podem-se citar aspectos físicos (estrutura da residência em que a família mora, condições de higiene, etc.) e aspectos da estrutura social (arranjos de dormir, participação da criança nos trabalhos domésticos, brincadeira, etc.).

Os aspectos do ambiente físico e social, por sua vez, influenciam e são influenciados por adaptações culturais provenientes dos *costumes e práticas de cuidado*, o segundo subsistema que compõe o Nicho de Desenvolvimento. Estes correspondem aos comportamentos de cuidado comumente utilizados pelos membros da comunidade, os quais são profundamente integrados na cultura social ampla, fazendo com que não sejam pensados de uma forma racional ou consciente,

mas encarados como uma maneira “natural” de agir. Os costumes incluem tanto rotinas habituais (ex: onde colocar o bebê, forma como carregá-lo no colo) como rituais complexos e institucionalizados (como quando colocar a criança na escola).

Embora os costumes de cuidado sejam aceitos e colocados em prática sem um exame crítico dos cuidadores, geralmente são acompanhados por crenças específicas a respeito de seu significado. A psicologia dos cuidadores, terceiro subsistema do *Nicho de Desenvolvimento*, caracteriza-se pela série de crenças e valores regulados pela cultura, compreendendo tanto as etnoteorias parentais como a orientação afetiva dos pais durante seus cuidados com a criança. Dentre as etnoteorias parentais, destacam-se as crenças sobre a natureza e necessidades de uma criança, as metas de socialização (o que os pais esperam do desenvolvimento dos filhos) e as crenças sobre práticas parentais.

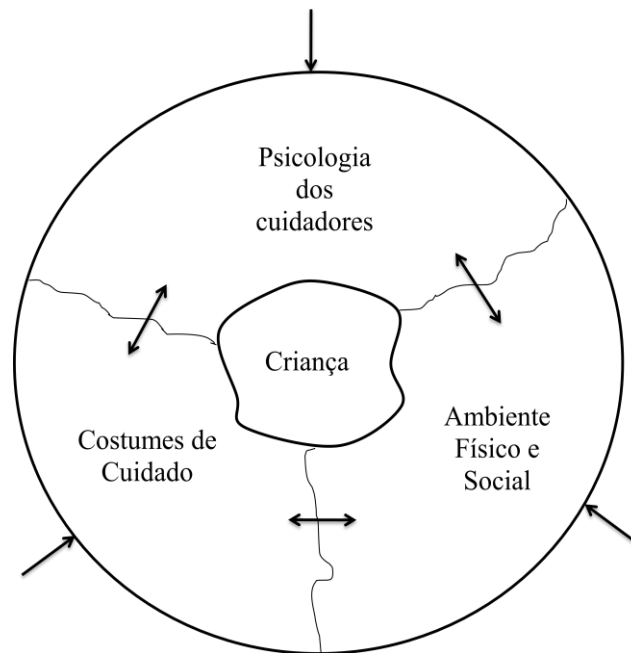


Figura 2: Nicho de Desenvolvimento (Adaptado de Super & Harkness, 1997, p.26)

A partir da Figura 2, ainda podem ser retiradas algumas conclusões, denominadas pelos autores de “corolários” do Nicho de Desenvolvimento. Como pode ser verificado, os três subsistemas funcionam de maneira coordenada, influenciando-se mutuamente. Além disso, cada

componente interage de maneira diferente com o ambiente ecológico e social mais amplo, funcionando como um “sistema aberto” de trocas com o meio. Por último, os autores defendem que o organismo e o nicho são mutuamente adaptáveis, ou seja, ao mesmo tempo em que a criança é capaz de se adequar às necessidades impostas pelo ambiente, o mesmo também se modifica em função das crenças e práticas utilizadas pelos pais e a consequência delas no desenvolvimento da criança (Super & Harkness, 1986; 1997). Pode-se afirmar, assim, que os três subsistemas do Nicho de Desenvolvimento compartilham a responsabilidade pela mediação da experiência de desenvolvimento individual da criança com a cultura ecológica e social mais ampla.

Posteriormente, Harkness e Super (2006) ainda propõem um modelo para a organização das crenças e práticas parentais através de uma ordem hierárquica (Figura 3), em que no topo encontram-se as idéias mais gerais, ou modelos culturais implícitos, sobre a natureza da criança, parentalidade e família. Logo abaixo, encontram-se idéias sobre domínios específicos a respeito da criança, das práticas parentais e suas consequências desenvolvimentais – traduzidas através de concepções sobre arranjos de dormir, relações pais-filhos ou desenvolvimento social, por exemplo. Tais idéias parentais, por sua vez, são colocadas em prática através da mediação de fatores intervenientes, como as características específicas da criança e dos pais, variáveis situacionais e aspectos da cultura. O resultado pode ser verificado tanto nas práticas dos pais, quanto nas consequências para o desenvolvimento da criança e da família (Harkness & Super, 2006; Harkness & cols., 2007).

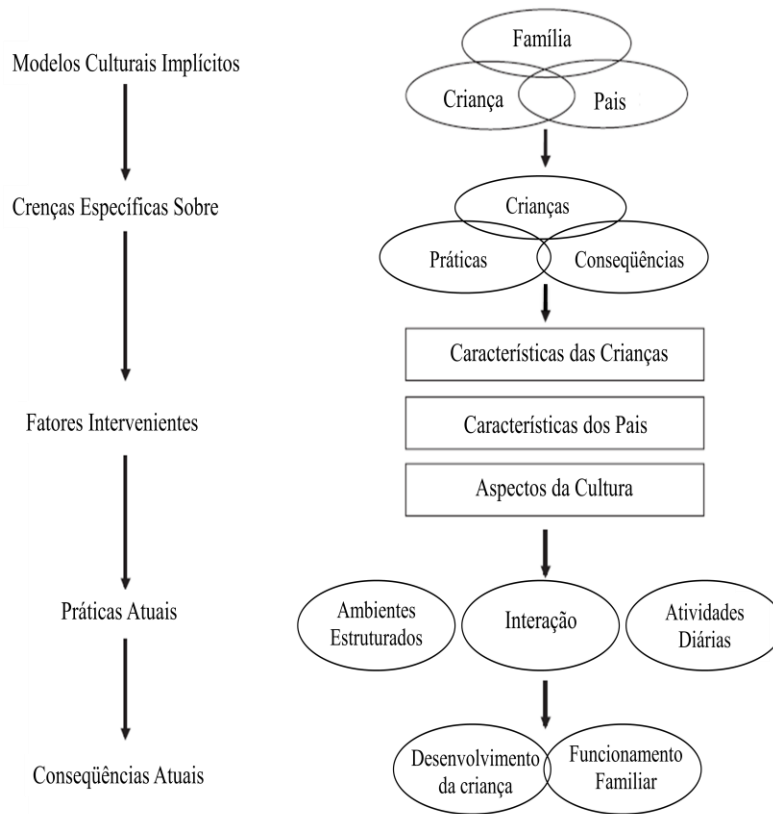


Figura 3: Modelo teórico das crenças parentais, práticas e consequências desenvolvimentais (Adaptado de Harkness & cols., 2007, p. 10).

Enfim, a partir do exposto a respeito do Nicho de Desenvolvimento, verifica-se que o mesmo encontra-se em consonância com o proposto no Modelo Bioecológico de Bronfenbrenner e pode ser utilizado para uma melhor compreensão do desenvolvimento infantil. É um modelo capaz de integrar tanto aspectos da parentalidade e dos contextos de desenvolvimento que podem ser observados – como as práticas de cuidado dos pais e o ambiente físico e social por eles estruturado – quanto aqueles que são menos aparentes, porém de grande relevância para o entendimento das funções parentais, como suas crenças, idéias e valores.

4.3.2 Modelo de Componentes da Parentalidade: a contribuição de Heidi Keller

Keller (2002; 2007), utilizando-se do referencial teórico da Psicologia do Desenvolvimento Evolucionista, adota uma posição interacionista para compreender o

desenvolvimento humano. Seu modelo de compreensão do cuidado parental e das crenças que os pais possuem apresenta alguns pontos de convergência com as idéias de Harkness e Super expostas anteriormente. Pode-se afirmar que ambos entendem a parentalidade como uma atividade cultural que é adaptada ao contexto. Além disso, consideram a importância da interação indivíduo-contexto para o estudo do desenvolvimento e das trajetórias desenvolvimentais; enfatizando o papel das idéias, crenças e valores compartilhados por membros de um determinado contexto cultural.

No entanto, Keller (2002; 2005; 2007) acrescenta ainda uma análise da dimensão biológica, em termos evolucionários filogenéticos, como base do comportamento e do desenvolvimento humano. O estudo do comportamento parental e dos aspectos que o influenciam, portanto, é utilizado pela PDE em função de um entendimento sobre características inatas da parentalidade, as quais foram selecionadas ao longo do período de evolução por aumentarem a possibilidade de sobrevivência da espécie.

Pode-se afirmar, assim, que a autora contempla a interação entre os aspectos biológicos e culturais em sua compreensão sobre a parentalidade humana. No caso específico das crenças parentais, as mesmas são concebidas como idéias que os cuidadores de um grupo cultural compartilham sobre práticas de cuidado e conseqüências específicas para o desenvolvimento da criança (Lamm & cols., 2008). Keller (1996) ainda as descreve como sistemas de significados compartilhados, que capacitam os indivíduos a se apoiarem em estratégias de socialização já provadas, reduzindo os custos da parentalidade.

Nessa perspectiva, as crenças dos pais sobre a criação dos filhos podem ser entendidas como prescrições para maximização de recursos de conhecimento do contexto e, dessa forma, manter uma função mediadora entre ambiente e desenvolvimento. A autora afirma ainda que os pais proporcionam contextos de socialização para seus filhos coerentes com sua história pessoal e com o contexto eco-cultural em que estão inseridos, permitindo que as crianças adquiram sua matriz social e aprendam modos específicos de relacionamento social (Keller, 1996; 2007).

Os cuidados que os pais dispõem à criança são compreendidos por Keller (2007) através de um “Modelo de Componentes da Parentalidade”, composto por seis sistemas parentais, os quais são definidos por uma série de comportamentos geneticamente preparados e ativados pelas demandas do ambiente, com o objetivo de promover conforto quando a criança está em risco real ou potencial. Embora estes comportamentos parentais sejam intuitivos, a avaliação sobre o que é

bom ou ruim para a criança e as formas de expressão desses cuidados são culturalmente compartilhadas e fazem parte do contexto de investimento parental.

Os seis sistemas parentais propostos por Keller (2007) são os seguintes:

1) *Cuidado primário* – é filogeneticamente o sistema de cuidados mais antigo e visa prover alimentos, proteção e higiene à criança. Sua função psicológica caracteriza-se pela redução do desconforto (*distress*) no bebê. Além disso, a criança desenvolve confiança e segurança na proteção e disponibilidade do cuidador como dimensões primárias do *self* emergente;

2) *Contato corporal* – é o contato corpo-a-corpo e o carregar extensivo, envolvendo também o dormir junto. A função psicológica desse sistema consiste na experiência de calor emocional, garantindo ao bebê os sentimentos de coesão social e pertencimento ao grupo. O calor emocional contribui para que a criança aceite as regras e valores dos pais, preparando-a para uma vida baseada na harmonia e hierarquia entre os membros da família ou do grupo social primário;

3) *Estimulação corporal* – visa à comunicação corporal através do toque e movimentos motores. Sua função psicológica consiste em intensificar a percepção do bebê com relação a seu próprio corpo e ao ambiente circundante e, conseqüentemente, a promoção de um *self* corporal próprio. Ex: massagem, ginástica, fazer cócegas;

4) *Estimulação por objetos* – através da utilização de brinquedos na interação cuidador-criança, o cuidado visa à vinculação do bebê com o mundo dos objetos e com o ambiente físico em geral. Nesse sistema a utilização de objeto pode substituir a presença do adulto, estando também intimamente relacionado a atividades exploratórias. Sua função psicológica consiste em promover o desenvolvimento cognitivo, bem como tornar a criança mais independente nas relações sociais;

5) *Contato face a face* – consiste de contato visual mútuo entre cuidador e bebê, em que o investimento parental é diádico e exclusivo. As trocas face a face são altamente estimulantes, carregadas de afeto e constituem-se de curtos eventos interacionais que expõem a criança a altos níveis de informação cognitiva e social. Através desse sistema de trocas, a criança percebe contingências em que a prontidão das respostas do adulto a faz perceber-se como causa do comportamento parental. Além disso, também se torna consciente de que é um ser único e auto-eficaz. Esse sistema ainda é capaz de facilitar o desenvolvimento do diálogo verbal e a promoção da capacidade de auto-regulação da criança.

6) *Envelope narrativo* – consiste na utilização da linguagem por parte dos cuidadores, através do conversar com a criança, auxiliando na apropriação cultural da concepção de *self* e do outro. É muito influenciado pelo estilo narrativo da mãe ao se comunicar com o bebê, o qual é influenciado pelo modelo cultural em que ela se insere.

Keller (2007) postula um repertório universal filogenético para tais sistemas de cuidado, os quais são modulados por mecanismos interacionais de atenção, calor emocional e contingência. O mecanismo da atenção é descrito como exclusivo ou diádico, sendo que sua forma exclusiva, em geral, é verificada nas sociedades ocidentais em que a mãe foca-se exclusivamente para a criança, sendo a mesma a principal ou única responsável pelos cuidados. A atenção exclusiva tem como consequência o desenvolvimento do conceito de *self* como distinto e único. Por outro lado, na atenção compartilhada o bebê é carregado junto com a mãe durante suas atividades extra-diádicas diárias, enquanto que à noite permanecem também em proximidade corporal. Esta prática cultural garante a proximidade e o desenvolvimento de laços familiares fortes e leais em que o indivíduo aceita o lugar que lhe é colocado através dos costumes culturais do grupo.

O segundo mecanismo interacional é o calor emocional, o qual consiste em proporcionar afeto e trocas afetivas positivas, franqueza e acessibilidade, compreensão e empatia. O mesmo tem impacto no desenvolvimento da competência social e emocional da criança, facilitando o altruísmo e o compartilhamento. Além disso, faz com que os filhos aceitem os valores adultos, identificando-se com seus pais, e atribuindo-lhes maior confiança. Por fim, a contingência, terceiro mecanismo, caracteriza-se pela propensão dos pais e cuidadores a serem responsivos aos sinais da criança. Através da resposta rápida dos pais, a criança pode relacionar o acontecimento de eventos à sua própria ação e passa a predizer o comportamento dos outros (concepção de *self* como agente causal).

A partir da combinação dos diferentes sistemas parentais e mecanismos interacionais utilizados pelos pais durante o primeiro ano de vida da criança, podem ser definidos os estilos parentais dos pais. Resultados de estudos empíricos têm encontrado predominantemente a existência de dois estilos parentais, denominados distal e proximal, os quais estão intimamente relacionados, respectivamente, com modelos culturais de independência/autonomia e interdependência/relação (Keller, 2007; Keller, Borke & cols., 2005; Keller, Kuensemüller & cols., 2005; Keller, Yovsi & cols., 2004).

No estilo distal, a estratégia parental preconiza o contato face a face e a interação por objetos, propiciando à criança uma experiência de autonomia e separação. O estilo proximal, por sua vez, é caracterizado pelo contato e estimulação corporal, garantindo a criança uma relação interpessoal próxima e calorosa. Os estilos ainda são modulados por diferentes mecanismos interacionais, com a prevalência de atenção diádica e contingência frente a sinais positivos da criança no estilo distal; e predominância de contingência em resposta a sinais negativos da criança, atenção compartilhada e calor emocional no estilo proximal (Keller, 2007; Keller, Borke & cols., 2005; Keller, Kuensemüller & cols., 2005; Keller, Yovsi & cols., 2004).

A Figura 4 apresenta um modelo mais recente, proposto por Keller (2009), a respeito das inter-relações entre modelos culturais, estratégias parentais (incluindo suas crenças e práticas de cuidado) e desenvolvimento infantil. Segundo a autora, os modelos culturais de autonomia e interdependência estão intimamente relacionados com as estratégias estabelecidas pelos pais para a criação dos seus filhos, as quais, por sua vez, possuem impacto no desenvolvimento das crianças. Ao mesmo tempo, o próprio desenvolvimento dos filhos vai modificando as crenças e as práticas dos pais ao longo do tempo. Todos esses aspectos são também influenciados pelas características sociodemográficas do contexto familiar, como a idade, escolaridade e renda dos pais, especificidades da composição familiar, residência e comunidade/bairro em que moram, entre outros.

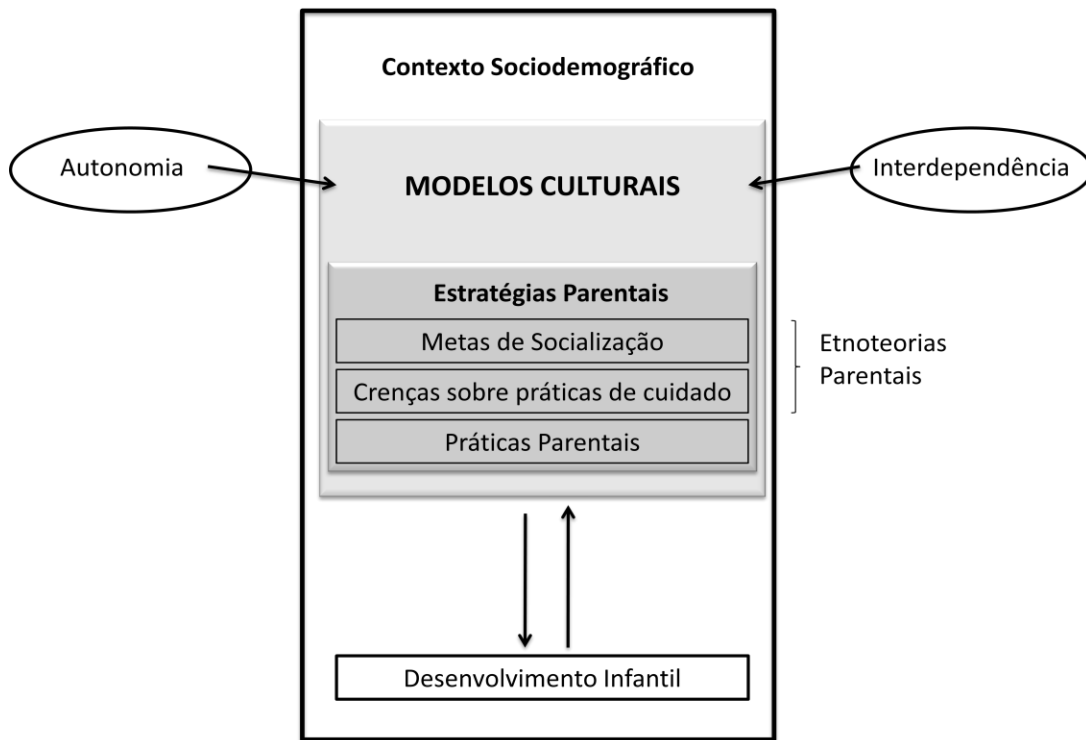


Figura 4: Esquema teórico proposto por Keller (2009) sobre modelos culturais prototípicos, estratégias parentais e desenvolvimento infantil.

4.4 Suportes teórico-práticos da literatura que podem contribuir no trabalho do terapeuta de famílias com filhos pequenos: foco nas relações pais-criança

Após discutir os principais conceitos teóricos referentes ao tema da parentalidade, a presente seção tem como objetivo apresentar ao leitor recursos práticos baseados na literatura científica dos estudos sobre parentalidade, que podem ser utilizados para auxiliar nos atendimentos do terapeuta relacional sistêmico em famílias com crianças pequenas. Serão discutidos questionários, entrevistas padronizadas, testes psicológicos e categorias de observação disponíveis dentro e fora do Brasil, os quais podem ter a função tanto de avaliar quanto de intervir diretamente com as famílias em tratamento. O foco não será esgotar todos os materiais disponíveis, mas selecionar alguns deles e especificar possíveis formas de utilização.

Vale ressaltar que a finalidade não é a de apresentar técnicas prontas, mas que, a partir da demanda trazida pelos pacientes, o profissional possa utilizar-se de um conjunto de possibilidades de intervenções, as quais serão colocadas em prática de acordo com o contexto de atendimento e vínculo já estabelecido com a família. Como afirmam Meynckens-Fourez e Tilmans-Ostyn (2000, p. xvii) a respeito das intervenções no processo terapêutico:

“Qualquer demanda deve ser bem analisada, para que a oferta lhe corresponda, para que cada um possa avançar passo a passo, autorizando-se, às vezes, a recuar, avaliando, em cada nova etapa, os riscos imaginados por um ou outro membro familiar presente ou ausente na intervenção”.

Na literatura brasileira, existem diversos instrumentos provenientes de pesquisas científicas que visam avaliar dimensões da parentalidade e das relações pais filhos. De acordo com uma revisão sobre práticas parentais, realizada por Macarini, Martins, Minetto e Vieira (2010), os dois instrumentos mais utilizados em pesquisas no Brasil são as escalas de exigência e responsividade (Costa, Teixeira, & Gomes, 2000) e o Inventário de Estilos Parentais – IEP (Gomide, 2006), ambos para avaliar as práticas educativas e o estilo parental de pais de adolescentes. Apesar de a adolescência não ser o foco deste trabalho, estes dois instrumentos serão abordados brevemente em função de sua relevância no cenário científico brasileiro.

O IEP é um instrumento construído, validado e padronizado por Gomide (2006) para avaliar o estilo parental por meio de sete práticas educativas, sendo cinco vinculadas ao desenvolvimento do comportamento anti-social: negligência, punição inconsistente, disciplina relaxada, monitoria negativa e abuso físico; e duas relacionadas ao desenvolvimento de comportamentos pró-sociais: comportamento moral e monitoria positiva. O mesmo possui duas versões, sendo uma em que os adolescentes respondem em relação ao pai e à mãe, e a outra em que os próprios pais respondem sobre suas práticas educativas. Tal instrumento é bastante utilizado, tanto para fins de pesquisa quanto de intervenção, uma vez que foi padronizado para o contexto brasileiro e possui aprovação do Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos do Conselho Federal de Psicologia (SATEPSI).

Já as escalas de responsividade e exigência foram construídas originalmente em língua inglesa por Lamborn, Mounts, Steinberg e Dornbusch (1991), sendo traduzidas e adaptadas para o português por Costa, Teixeira e Gomes (2000) e revisadas por Teixeira, Bardagi e Gomes

(2004). Tal modelo é baseado nas ideias de Baumrind (1966) e Maccoby e Martin (1983) a respeito dos estilos parentais. As duas escalas avaliam as dimensões de responsividade (contingência do reforçamento parental) e exigência parentais (cobranças e exigências feitas pelos pais) com adolescentes, as quais permitem a classificação de quatro estilos parentais a partir de diferentes combinações: autoritário, autoritativo (democrático), indulgente (permissivo) e negligente. Posteriormente, estas escalas foram ampliadas por Teixeira, Oliveira e Wottrich (2006), sendo, então, denominadas de Escalas de Práticas Parentais (EPP). O aumento do número de itens foi realizado a fim de contemplar mais experiências cotidianas vividas por adolescentes brasileiros no que diz respeito às práticas educativas de seus pais, sendo possível, empiricamente, distinguir outras dimensões de práticas que não apenas a responsividade e a exigência.

Um terceiro instrumento, que pode ser utilizado tanto com adolescentes quanto com crianças é denominado de EQIF – Escalas de Qualidade na Interação familiar (Weber, Salvador, & Brandenburg, 2009). Por meio dele, os filhos respondem separadamente a respeito do pai e da mãe, sendo 40 questões divididas em nove escalas, seis “positivas” (envolvimento, regras e monitoria, comunicação positiva dos filhos, clima conjugal positivo, modelo parental, sentimentos dos filhos) e três “negativas” (comunicação negativa, punição corporal e clima conjugal negativo).

Especificamente voltados para a infância, podem ainda ser citados dois instrumentos de investigação da parentalidade disponíveis no Brasil: o *Parental Attitude Research Instrument* – PARI e o Inventário de Práticas Parentais – IPP. O primeiro deles, o PARI, foi construído originalmente por Schaeffer e Bell (1958), sendo constituído de 115 itens que compõem 23 sub-escalas para avaliar as atitudes parentais frente a crianças em idade pré-escolar e escolar, organizadas em três fatores: autoritarismo-controle, hostilidade-rejeição e democracia-igualitarismo. No Brasil, o PARI foi traduzido, adaptado e validado por Nogueira (1988), sendo constituído das seguintes sub-escalas: Irritabilidade, Rejeição do papel no lar e Intrusão. Já o IPP foi construído no Brasil e avalia práticas educativas de pais com filhos entre 6 e 10 anos de idade. O mesmo é composto de quatro dimensões: afeto, educação, disciplina e social (Benetti & Balbinotti, 2003).

Os instrumentos anteriormente mencionados, estruturados na forma de escalas ou testes psicológicos, podem ser utilizados pelo terapeuta para avaliar as formas e estratégias utilizadas pelos pais para se relacionar, educar e disciplinar os filhos, desde a idade pré-escolar até a

adolescência. A partir de um diagnóstico inicial, as intervenções terapêuticas poderão ser planejadas em função dos resultados verificados em tais instrumentos. Por exemplo, caso seja verificada dificuldade de comunicação na relação pais-filhos, a mesma pode ser estimulada ao longo dos atendimentos.

Com relação à primeira infância, ou seja, crianças de zero a três anos de idade, também podem ser citados alguns instrumentos capazes de auxiliar o terapeuta na compreensão da forma, conteúdo, força e direção das práticas parentais. Retomando o modelo de Keller (2007), em seus estudos, a parentalidade tem sido investigada, principalmente, por meio dos seis sistemas parentais (cuidado primário, contato corporal, estimulação corporal, face a face, estimulação por objetos e envelope narrativo). Para tanto, são utilizadas diferentes metodologias, como escalas, entrevistas e observações naturalísticas.

No caso das escalas, a autora utiliza-se predominantemente de duas: a “Escala de Crenças sobre Práticas Parentais – ECPP” e a “Escala de Metas de Socialização – EMS” (Keller, 2007; Lamm, & cols., 2006). Enquanto a primeira escala avalia as crenças que os pais possuem sobre suas práticas durante o primeiro ano de vida da criança, a segunda mede as metas desenvolvimentais que os pais desejam que seus filhos alcancem até os três anos de idade. Elas possuem duas dimensões: 1) *foco na autonomia/independência da criança*, composta pelos sistemas de contato face a face e estimulação por objetos, predominando um estilo distal de parentalidade. Possuem itens como “Nunca é cedo demais para se começar a dirigir a atenção do bebê para objetos e brinquedos” e “Durante os três primeiros anos de vida as crianças devem desenvolver um senso de identidade”; e 2) *foco na relação/interdependência da criança* com os membros do grupo, a qual engloba os sistemas de contato e estimulação corporal, caracterizando um estilo proximal de parentalidade. Possuem itens como: “É importante embalar um bebê que chora para consolá-lo” e “Durante os três primeiros anos de vida as crianças devem aprender a obedecer aos pais e pessoas mais velhas”(Kärtner, Keller, Lamm, Abels, Yovsi, & Chaudhary, 2007; Keller, 2007; Keller, Lamm, et al., 2006; Lamm, Keller, Yovsi, & Chaudhary, 2008).

Ainda para avaliar os sistemas parentais, em alguns estudos de Keller e seus colaboradores foi utilizada uma metodologia observacional, em que foram definidas categorias de comportamento para cada sistema. O sistema de contato corporal, por exemplo, é composto de práticas como o cuidador, de pé ou sentado, segurar o bebê no colo ou estar próximo do mesmo. Na estimulação corporal, incluem-se comportamentos de movimentar ou erguer o corpo do bebê,

mover partes do corpo do mesmo através de “ginástica” ou “massagem”, tocá-lo, acariciá-lo com a face, entre outros. A estimulação por objetos, por sua vez, consiste no esforço materno de atrair a atenção da criança para algum objeto que está sendo tocado pela mãe e/ou pela criança. Por fim, o contato face a face é codificado quando ocorre o esforço da mãe de posicionar seu corpo e face diante do bebê de uma forma que propicie o contato olhos nos olhos (Keller, 2007; Keller, Abels, et al., 2007; Keller, Borke, et al., 2005). Na prática clínica, durante os atendimentos envolvendo bebês e crianças até três anos de idade, o psicólogo pode estar atento às formas de interação dos pais com seus filhos, visando compreender e até mesmo estimular diferentes formas de contato.

Um estudo realizado no Brasil (Martins, Macarini, Vieira, Seidl de Moura, Bussab, & Cruz, 2010), baseado no modelo teórico de Keller (2007), teve como objetivo construir e validar uma escala de crenças parentais e práticas de cuidado na primeira infância para o contexto brasileiro, a qual foi denominada de E-CPPC. A escala final apresentou duas dimensões: cuidados primários e estimulação. O primeiro fator tem relação com crenças e práticas consideradas essenciais para garantir a sobrevivência da criança na primeira infância, como socorrer, alimentar, manter limpo, carregar no colo, ter sempre por perto. Já o segundo refere-se a crenças e práticas adicionais utilizadas pelos pais para estimular o desenvolvimento infantil, como fazer atividades físicas, brincar, ver livrinhos, explicar coisas, ouvir, responder perguntas.

Outro recurso que envolve a observação é o *Inventário HOME para Observação e Medida do Ambiente* (Caldwell & Bradley, 1984). No entanto, o mesmo deve ser aplicado na residência da família, visando verificar a rotina normal da criança. É composto de 45 itens, divididos em seis sub-escalas (Responsividade, Aceitação, Organização, Materiais que possibilitem a aprendizagem, Envolvimento e Variedade), fornecendo um perfil da família que pode ser de alto nível de risco (0 a 25 itens), médio nível de risco (26 a 36 itens) e baixo nível de risco (37 a 45 itens). Apesar de o instrumento não permitir sua utilização em contexto clínico de consultório, o conhecimento dos itens que compõem o inventário podem auxiliar o terapeuta na observação da interação pais-criança bem como no questionamento da organização e recursos físicos existente no lar, como a disponibilidade de brinquedos e outras formas de estímulo.

Um instrumento bastante completo que visa à obtenção de dados e verificação de mecanismos de risco e proteção para o desenvolvimento infantil é o *Roteiro de Entrevista para Identificação de Riscos e Recursos Biopsicossociais na História de Vida da Criança* (Santa Maria & Linhares, 2003). O mesmo inclui os seguintes fatores: a) *socioeconômicos*: renda

familiar, escolaridade dos pais; b) *reprodutivos*: idade materna, intervalo entre gestações, parto, assistência pré-natal; c) *ambientais/sociais*: moradia, saneamento, aglomeração, estado civil da mãe, fumo durante a gestação, apoio durante a gestação; d) *condições ao nascer*: peso ao nascer, idade gestacional, morbidade neonatal; e) *atenção à criança*: vacinação, cuidados paternos, visitas de puericultura, creche, trabalho materno, gravidez atual, aleitamento materno; f) *nutrição*: estado nutricional aos seis meses, índices peso/idade, altura/idade, peso/altura); g) *morbidade*: internação hospitalar no primeiro ano de vida; e g) *história de saúde*: principais enfermidades e hospitalização.

Para finalizar, vale mencionar ainda o FACES IV, um instrumento que avalia não somente as relações pais-filhos, mas o funcionamento familiar como um todo, por meio das dimensões de coesão e flexibilidade na família. Neste modelo, coesão é definida pelos vínculos/laços emocionais que os membros da família possuem entre si, podendo variar num contínuo entre emaranhamento e desengajamento. Já a flexibilidade é definida como a qualidade e expressão da liderança e organização, relação de papéis, regras e negociações, a qual pode variar entre um contínuo de rigidez a caótico. A principal hipótese é que níveis equilibrados de coesão e flexibilidade são mais propícios para o funcionamento familiar saudável, enquanto que níveis de desequilíbrio nestas dimensões (muito baixos ou muito altos) estão associados com um funcionamento familiar problemático (Olson, 2011).

5. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo principal identificar subsídios teórico-práticos disponíveis na literatura científica atual sobre o tema da parentalidade que podem auxiliar no trabalho do psicólogo na terapia de famílias com filhos pequenos. O foco não foi o de esgotar todas as possibilidades de olhares sobre a parentalidade, mas sim apresentar alguns modelos coerentes com a perspectiva relacional sistêmica no atendimento familiar.

Diante das constantes mudanças na dinâmica e arranjos familiares da contemporaneidade, considera-se de extrema importância que o psicólogo que trabalha em contexto clínico fique atento aos novos estudos que vêm sendo realizados por pesquisadores que trabalham com o tema da família ao longo das diferentes etapas do ciclo vital, dentre elas a constituição da parentalidade. Tais conhecimentos podem permitir um embasamento e aprimoramento da prática clínica, que deve ser sempre re-pensada e re-construída de acordo com as próprias necessidades das famílias que procuram tratamento psicológico.

No que tange especificamente ao cuidado e educação dos filhos, nem sempre se constitui uma tarefa fácil, sendo esta uma possibilidade de atuação do terapeuta familiar no sentido de intervir e orientar as práticas dos pais que procuram ajuda. Os recursos teóricos e práticos apresentados nesse trabalho podem ser utilizados no sentido de realizar um “diagnóstico” das mediações pais-criança que ocorrem no meio familiar, propiciando ao profissional um dado empírico sobre tais interações. Além disso, o psicólogo pode também utilizar tais subsídios para intervir diretamente com os pais e/ou os filhos, orientando e procurando intermediar as práticas utilizadas pelos pais. Vale mencionar a importância de o profissional considerar sempre as necessidades de cada família em sua prática, sabendo que não existe um modelo pronto que se adapte a todas.

Diante do apresentado neste trabalho, pode-se verificar que as teorias atuais têm considerado a importância do contexto na determinação do desenvolvimento do indivíduo e também das famílias. Essa preocupação deve também ser considerada pelo terapeuta que se depara com uma família em seu consultório clínico. Ou seja, os valores, crenças, mitos, práticas pertencentes ao grupo familiar também são parte de um grupo cultural em que está inserido e

devem ser levados em conta pelo psicólogo. Assim, cada vez mais o profissional deve atentar-se a função do sintoma não só para a família, mas para a família inserida no grupo cultural.

Por fim, o presente trabalho abre também novas questões que podem ser investigadas em estudos futuros, como, por exemplo, a parentalidade frente aos diferentes arranjos familiares e a atuação do psicólogo diante de tais especificidades. Além disso, uma vez que se focalizou o tema da parentalidade na infância, levanta-se a possibilidade de investigação deste fenômeno ao longo de outras etapas de desenvolvimento dos filhos, como a adolescência e até mesmo a vida adulta.

REFERÊNCIAS

- Andolfi, M. (1996). *A terapia familiar: um enfoque interacional*. Campinas: Worshpsy.
- Aspesi, C. C., Dessen, M. A., & Chagas, J. F. (2005). A ciência do desenvolvimento humano: Uma perspectiva interdisciplinar. In: M. A. Dessen, & A. L. Costa Junior, *A ciência do desenvolvimento humano: Tendências atuais e perspectivas futuras* (pp. 19-36). Porto Alegre: Artmed.
- Bateson, G. (1972). *Steps to an ecology of mind* (6 ed.). Nova York: Ballantine Books.
- Bateson, G., Jackson, D. D., Haley, J., & Weakland, J. H. (1956). Toward a theory of schizophrenia. *Behavioral Science*, 4 (1), 251-264.
- Baumrind, D. (1966). Effects of authoritative control of child behavior. *Child Development*, 37, 887-907.
- Benetti, S. P., & Balbinotti, M. A. (2003). Elaboração e estudo de propriedades psicométricas do Inventário de Práticas Parentais. *Psico-USF*, 8 (2), 103-113.
- Bertalanffy, L. V. (1975). *Teoria geral dos sistemas* (2 ed.). Petrópolis: Vozes.
- Berthoud, C. M. (2002). Visitando a fase de aquisição. In C. M. Cerveny, & C. M. Berthoud, *Visitando a família ao longo do ciclo vital* (pp. 29-57). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Bradt, J. O. (1995). Tornando-se pais: famílias com filhos pequenos. In B. Carter, & M. McGoldrick, *As mudanças do ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar* (2 ed., pp. 206-222). Porto Alegre: Artmed.
- Bronfenbrenner, U. (1979/1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bronfenbrenner, U., & Morris, P. A. (2006). The Bioecological Model of Human Development. In R. M. Lerner, & W. Damon, *Handbook of Child Psychology* (6 ed., Vol. 1, pp. 793-828). New York: John Wiley & Sons.
- Caldwell, B. M., & Bradley, R. H. (1984). *Home observation for measurement of the environment*. Little Rock, AR: University of Arkansas.
- Cerveny, C. M., & Berthoud, C. M. (1997). *Família e ciclo vital - nossa realidade em pesquisa*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Cerveny, C. (2002). Pensando a família sistemicamente. In C. Cerveny, & C. M. Berthoud, *Visitando a família ao longo do ciclo vital* (pp. 15-27). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Costa, F. T., Teixeira, M. A., & Gomes, W. B. (2000). Responsividade e Exigência: Duas escalas para avaliar estilos parentais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 13 (3), 465-473.
- Feres-Carneiro, T. (1996). Terapia familiar: das divergências às possibilidades de articulação dos diferentes enfoques. *Psicologia Ciência e Profissão*, 16, 38-42.
- Féres-Carneiro, T., & Magalhães, A. S. (2011). A parentalidade nas múltiplas configurações familiares contemporâneas. In L. V. Moreira, & E. P. Rabinovich, *Família e Parentalidade: olhares da Psicologia e da História* (pp. 117-134). Curitiba: Juruá.
- Féres-Carneiro, T., & Ponciano, E. L. (2005). Articulando diferentes enfoques teóricos na terapia familiar. *Revista Interamericana de Psicologia*, 39 (3), 439-448.
- Gil, A. C. (2007). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- Gomide, P. I. (2006). *Inventário de estilos parentais: Modelo teórico, manual de aplicação, apuração e interpretação*. Petrópolis: Vozes.

- Goodnow, J. (1996). From household practices to parents' ideas about work and interpersonal relationships. In: S. Harkness, & C. Super, *Parents' cultural belief systems* (pp. 313–344). New York: Guilford Press.
- Grandesso, M. A. (2008). Desenvolvimentos em terapia familiar: das teorias às práticas e das práticas às teorias. In L. C. Osório, & P. Do Valle, *Manual de Terapia Familiar* (pp. 104-118). Porto Alegre: Artmed.
- Harkness, S., & Super, C. M. (1996). Introdução. In: S. Harkness, & C. M. Super, *Parents' cultural beliefs systems: Their origins expressions, and consequences* (pp. 1-23). New York: The Guilford Press.
- Harkness, S., & Super, C. M. (1992). Parental ethnotheories in action. In: J. E. Sigel, A. V. McGillicuddy, & J. J. Goodnow, *Parental belief systems: The psychological* (2 ed., pp. 373-391). Hillsdale: LEA.
- Harkness, S., & Super, C. M. (1994). The developmental niche: A theoretical framework for analyzing the household production of health. *Social Science & Medicine*, 38 (2), 217-226.
- Harkness, S., & Super, C. (2006). Themes and variations: Parental ethnotheories in western cultures. In: K. Rubin, & O. B. Chung, *Parental beliefs, parenting, and child development in cross-cultural perspective* (pp. 61-79). New York: Psychology Press.
- Harkness, S., Super, C. M., Moscardino, U., Rha, J.-H., Blom, M., Huitrón, B., et al. (2007). Cultural models and developmental agendas: Implications for arousal and self-regulation in early infancy. *The Journal of Developmental Processes*, 2 (1), 5-39.
- Harkness, S., Super, C. M., Vanna Axia, A. E., Palacios, J., & Welles-Nyström, B. (2001). Cultural pathways to successful parenting. *International Society for the Study of Behavior Development Newsletter*, 38, 9-11.
- Keller, H. (2007). *Cultures of Infancy*. Mahwah, NJ: Erlbaum.
- Keller, H. (2002). Development as the interface between biology and culture: A conceptualization of early ontogenetic experiences. In: H. Keller, Y. H. Poortinga, & A. Schöölmerich, *Between culture and biology: Perspectives on ontogenetic development* (pp. 215-235). Cambridge: Cambridge Press University.
- Keller, H. (1996). Evolutionary approaches. In: J. Berry, Y. Poortinga, & J. Pandey, *Handbook of Cross-cultural Psychology* (Vol. 1, pp. 215-256). Boston: Allyn and Bacon.
- Keller, H. (2005). The dynamic interplay of culture and development. *Newsletter of International Society for the Study of Behavioral Development*, 1 Serial n. 47, 19-20.
- Keller, H. (2009). The expression of positive emotions during early childhood (apresentação oral). *Anais do I Simpósio Internacional de Psicologia Evolucionista no Milênio: Plasticidade e Adaptação*. Natal-RN.
- Keller, H., Borke, J., Yovsi, R., Lohaus, A., & Jensen, H. (2005). Cultural orientations and historical changes as predictors of parenting behaviour. *International Journal of Behavioral Development*, 29 (3), 229-237.
- Keller, H., Demuth, C., & Yovsi, R. D. (2008). The multi-voicedness of independence and interdependence: The case of the cameroonian Nso. *Culture & Psychology*, 14, 115-144.
- Keller, H., Kuensemüller, P., Abels, M., Voelker, S., Yovsi, R., Jensen, H., et al. (2005). *Parenting, Culture, and Development: A comparative study*. San José, C.R.: Instituto de Investigaciones Psicológicas.
- Keller, H., Yovsi, R., Borke, J. K., Jensen, H., & Papaligoura, Z. (2004). Developmental consequences of early parenting experiences: self-recognition and self-regulation in three cultural communities. *Child Development*, 75 (6), 1745 – 1760.

- Lamborn, S. D., Mounts, N. S., Steinberg, L., & Dornbusch, S. M. (1991). Patterns of competence and adjustment among adolescents from authoritative, authoritarian, indulgent, and neglectful families. *Child Development*, 62, 1049-1065.
- Lamm, B., Keller, H., Yovsi, R. D., & Chaudhary, N. (2008). Grandmaternal and Maternal Ethnotheories About Early Child Care. *Journal of Family Psychology*, 22 (1), 80–88.
- Macarini, S. M., Martins, G. D., & Vieira, M. L. (2009). Promovendo saúde e desenvolvimento na educação infantil: uma atuação da Psicologia. *Paideia*, 19 (43), 231-237.
- Macarini, S. M., Martins, G. D., Minetto, M. d., & Vieira, M. L. (2010). Práticas parentais: uma revisão da literatura brasileira. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 62 (1), 119-134.
- Maccoby, E. E., & Martin, J. A. (1983). Socialization in the context of the family: Parent-child relationship. In P. H. Mussen, & M. E. Hetherington, *Handbook of child psychology* (Vol. 4, pp. 1-101). New York: Wiley.
- Martins, G. D., Macarini, S. M., Vieira, M. L., Seidl de Moura, M. L., Bussab, V. S., & Cruz, R. M. (2010). Construção e validação da Escala de Crenças Parentais e Práticas de Cuidado (E-CPPC) na primeira infância. *Psico-USF*, 15 (1), 23-34.
- Meynckens-Fourez, M. (2000). A fratria, o ponto de vista eco-sistêmico. In E. Tilmans-Ostyn, & M. Meynckens-Fourez, *Os recursos da fratria* (pp. 19-53). Belo Horizonte: Artesã.
- Minuchin, S. (1982). *Famílias: Funcionamento e tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2004). O Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano. In S. H. Koller, *Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil* (pp. 51-65). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Nichols, M., & Schwartz, R. (1998). *Terapia familiar: a dinâmica das relações familiares*. São Paulo: Saraiva.
- Olson, D. (2011). Faces IV and the circumplex model: validation study. *Journal of Marital and Family Therapy*, 37 (1), 64-80.
- Papp, P. (1992). *O processo de mudança: uma abordagem prática à terapia sistêmica da família*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Prati, L. E. (2009). *Práticas dos terapeutas familiares brasileiros: a perspectiva da abordagem bioecológica do desenvolvimento humano*. Tese de Doutorado em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Sampieri, R. H., Collado, C. F., & Lucio, P. B. (1994). *Metodologia de la Investigacion*. México: McGraw-Hill.
- Santa Maria, M. R., & Linhares, M. B. (2003). Entrevista para identificação de riscos biopsicossociais na história de vida da criança (material não-publicado). Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.
- Schaeffer, E. S., & Bell, R. Q. (1958). Development of a parental attitude research instrument. *Child Development*, 29 (3), 339-361.
- Segall, M. H., Lonner, W. J., & Berry, J. W.-C. (1998). Cross-Cultural Psychology as a Scholarly Discipline: On the Flowering of Culture in Behavioral Research. *American Psychologist*, 53 (10), 1101-1110.
- Seidl de Moura, M. L., & Ribas, A. F. (2009). Evolução e desenvolvimento humano. In E. Otta, & M. E. Yamamoto, *Fundamentos de Psicologia Evolucionista* (pp. 77-85). Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- Super, C., & Harkness, S. (1997). The cultural structuring of child development. In: J. W. Berry, P. R. Dasen, & T. S. Saraswathi, *Handbook of cross-cultural psychology* (2 ed., Vols. 2 - Basic processes and human development, pp. 1-39). Needham Heights, MA: Allyn & Bacon.

- Super, C., & Harkness, S. (1986). The developmental niche: A conceptualization at the interface of child and culture. *International Journal of Behavioral Development* , 9, 545-569.
- Teixeira, M. A., Bardagi, M. P., & Gomes, W. B. (2004). Refinamento de um instrumento para avaliar responsividade e exigência parental percebidas na adolescência. *Avaliação Psicológica* , 3 (1), 1-12.
- Teixeira, M. A., Oliveira, A. M., & Wottrich, S. H. (2006). Escalas de Práticas Parentais (EPP): Avaliando dimensões de práticas parentais em relação a adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica* , 19 (3), 433-441.
- Vasconcellos, M. J. (2002). *Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência* (6 ed.). Campinas: Papirus.
- Vicente, R. M. (2004). Família e Mudança. In C. M. Cerveny, *Família e...* (pp. 39-51). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Vieira, M. L., & Prado, A. B. (2004). Abordagem evolucionista sobre a relação entre filogênese e ontogênese no desenvolvimento infantil. In: M. L. Seidl de Moura, *O bebê do século XXI: a psicologia em desenvolvimento* (pp. 155-203). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Watzlawick, P., Beavin, J., & Jackson, D. (1983). *Pragmática da comunicação humana*. São Paulo: Cultrix.
- Weber, L., Salvador, A., & Brandenburg, O. (2009). Escalas de Qualidade na Interação Familiar–EQIF. In L. N. Weber, & M. A. Dessen, *Pesquisando a família: instrumentos para coleta e análise de dados* (pp. 57-68). Curitiba: Juruá.
- Wiener, N. (1961). *Cybernetics or control and communication in the animal and the machine*. Cambridge: MIT Press (orig. 1948).

ANEXO 1

PARECER

Título do Trabalho: A questão da parentalidade: contribuições teórico - práticas para o trabalho do psicólogo na terapia de famílias com filhos pequenos.

Orientadora: Dra. Maria Aparecida Crepaldi

Por meio da leitura cuidadosa do artigo, constata-se que o mesmo está bem estruturado, tem consistência e está bem escrito. Merece destaque a proposta original da autora em percorrer caminhos teóricos e metodológicos que são ao mesmo tempo distintos, mas interligados. Os modelos teóricos são apresentados de forma articulada e estruturada, procurando extrair suas melhores qualidades. Nesse sentido, é importante lembrar que nenhum modelo sozinho é capaz de explicar complexos fenômenos psicológicos, como a relação entre mães/pais e filhos/filhas. Por isso a necessidade de saber reconhecer os pontos fortes de todos os modelos e saber articulá-los de modo coerente em um trabalho científico. Samira tem méritos em fazer essa articulação.

Outro aspecto importante do texto é que a autora explora muito bem suas contribuições como pesquisadora. Em várias partes do texto aparecem citações de outros trabalhos desenvolvidos pela autora. Isso demonstra que a inserção da autora na pesquisa científica tem um percurso que foi coroado por várias publicações em revistas de reconhecido valor acadêmico. Inclusive uma das partes da presente monografia faz parte de um livro publicado no ano de 2011(conforme menciona a autora) e que integra trabalhos de pesquisadores reconhecidos na área de família e desenvolvimento humano.

Portanto, em função dos meus comentários sou de parecer favorável a aprovação do trabalho de Samira Mafioletti Macarini apresentado ao Familiare Instituto Sistêmico para a

conclusão do curso de Especialização em Terapia Relacional Sistêmica. Para que o trabalho tenha ainda mais qualidade, ao longo do texto fiz algumas pequenas sugestões de modificações.

Me coloco à disposição para eventuais esclarecimentos, caso seja necessário.

Florianópolis, 30 de dezembro de 2011.

Cordiais saudações

Prof. Dr. Mauro Luís Vieira
Coordenador do GT de Psicologia Evolucionista
Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Psicologia
Núcleo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Infantil
Campus Universitário – Trindade
88049-900 Florianópolis (SC)
Fone (0xx48) 3721 8606 E-mail: maurolvieira@gmail.com